

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.493.324 - AM (2019/0127403-5)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
AGRAVANTE : ELDILENE DA SILVA E SILVA (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que não admitiu o recurso especial, interposto com fulcro no art. 105, III, alínea "a", da Constituição Federal, em desfavor de acórdão assim sumariado:

APELAÇÃO CRIMINAL. PENAL E PROCESSO PENAL. PRELIMINAR DE NULIDADE ABSOLUTA POR AUSÊNCIA DE AUTODEFESA. RÉ INTIMADA PARA AUDIÊNCIA. NULIDADE RELATIVA POR USO INADEQUADO DE ALGEMAS. TESE NÃO ARGUIDA EM AUDIÊNCIA. PRECLUSÃO TEMPORAL. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. MATERIALIDADE E AUTORIA DELITIVAS COMPROVADAS. DOSIMETRIA DA PENA. TRÁFICO PRIVILEGIADO. REQUISITOS LEGAIS NÃO PREENCHIDOS.

1. De acordo com o artigo 565 do Código de Processo Penal, "nenhuma das partes poderá arguir nulidade a que haja dado causa, ou para que tenha concorrido, ou referente a formalidade cuja observância só à parte contrária interesse".

2. No caso em tela, a ré, embora devidamente intimada, deixou de comparecer sem motivo justificado à audiência de instrução e julgamento, sendo válida a decretação de sua revelia, a teor do art. 367 c/c 565 do CPP.

3. De acordo com orientação jurisprudencial do STJ, "a inexistência de registro em ato do uso indevido de algemas durante a audiência, não manifestando a defesa qualquer inconformismo na oportunidade, torna preclusa a matéria" (AgInt no REsp 1485764/RS).

4. Sendo o conjunto probatório apto à comprovação da materialidade e autoria delitivas do crime de tráfico ilícito de entorpecentes, expresso nos artigos 33, caput, da Lei nº 11.343/2006, não deve ser acolhido o requerimento de absolvição.

5. Resta justificada a não aplicação da causa de diminuição de pena prevista no art. 33, § 4º, da Lei nº 11.343/2006, com fundamento na reincidência.

6. Apelação criminal conhecida e desprovida (fl. 550).

Os embargos de declaração foram providos, sem modificação no mérito, nos termos da seguinte ementa:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CRIMINAL. OMISSÃO RECONHECIDA. CAUSA DE DIMINUIÇÃO DO ART. 41 DA LEI Nº 11.343/2006. ACORDO DE COLABORAÇÃO PREMIADA NÃO REALIZADO. AUSÊNCIA DE DIREITO SUBJETIVO.

1. No caso em tela, omitiu-se quanto à causa de diminuição de pena prevista no art. 41 da Lei no 11.343/2006.

2. Entretanto, a autoridade judicial não pode aplicar de ofício a referida minorante, uma vez que o acordo de colaboração premiada é condição sem a qual a benesse não pode ser reconhecida.

3. Agir em sentido contrário, ou seja, de reconhecer um direito subjetivo do réu, legitimaria a figura nefasta do juízo inquisidor, que concentraria em si as funções de acusar, defender e julgar.

4. Assim, em prestígio ao sistema acusatório, cabe tão somente ao Ministério Público ou à autoridade policial firmar acordo de colaboração premiada com o indiciado/acusado, sendo que a atuação do magistrado limita-se à homologação do acordo realizado em conformidade com os ditames legais.

5. Embargos conhecidos e providos, porém, sem alteração do mérito (fl. 550).

No recurso especial a defesa alega violação dos arts. 157, *caput*, 185, 245, 399, § 1º, e 564, III, "e", e IV, do Código de Processo Penal - CPP, e 41 da Lei n. 11.343/2006.

Sustenta, em síntese, a ilicitude da prova baseada em denúncia anônima e produzida mediante ingresso arbitrário, uma vez que houve a invasão do domicílio sem a expedição de mandado para a busca na residência.

Assevera que apenas a certeza da situação de flagrante possibilita a entrada e, ainda, deve ser reconhecida a nulidade do feito, pois não foi garantido o direito da ré ser interrogada, sendo que "*o não comparecimento à Audiência de Instrução e Julgamento da recorrente, não se deu por sua culpa, pois conforme demonstrado, este se encontrava custodiado em penitenciária. Assim sendo, totalmente improcedente o decreto da revelia, quando não foi o réu quem deu causa a tal*" (fl. 608).

Alega que a ré faz jus à diminuição da pena, pois "*Conforme se verifica dos depoimentos das testemunhas policiais na fase de Inquérito Policial e em Juízo, a recorrente Eldilene da Silva e Silva foi quem informou onde estava a droga dentro da residência, bem como indicou onde estava o corréu Renan, proprietário da droga,*

Superior Tribunal de Justiça

colaborando, assim, de modo efetivo e voluntário, não só para a identificação do corréu Renan Maximo da Silva, como também para a recuperação do produto do crime" (fl. 613).

A r. decisão agravada não admitiu o recurso especial pela incidência da Súmula n. 7 desta Corte.

Contraminuta às fls. 651-654. O Ministério Público Federal opina pelo desprovimento do agravo (fls. 665-677).

É o relatório. Decido.

O recurso não merece provimento.

Sobre o interrogatório, o acórdão consignou:

Feitas estas premissas, cumpre analisar a sucessão de atos processuais supostamente desencadeadores do cerceamento de defesa.

No dia 28/04/2015 foi realizada a audiência de Instrução e julgamento, sendo na oportunidade realizados a oitiva de testemunha e o interrogatório do corréu Renan Máximo da Silva. Eldilene da Silva e Silva, embora estivesse sob a custódia do Estado, não foi apresentada para comparecer a juízo (fls. 161). De forma a evitar futura nulidade, a audiência de continuação foi designada para o dia 07/05/2015.

Já em gozo da medida cautelar de prisão domiciliar com uso de monitoramento eletrônico (ofício às fls. 173), a ré deixou de comparecer à Audiência do dia 07/05/2015, sendo mais uma vez remarcada, agora para o dia 30/07/2015 (fls. 174).

Consoante termo de vista de fls. 199, os autos foram remetidos ao Defensor Público para tomar ciência da designação de audiência para 13/04/2016 (fls. 199), tendo este ato processual alcançado seu objetivo (Termo de Ciência defls. 203).

A Audiência de Instrução e Julgamento pautada para o dia 13/04/2016 mais uma vez foi frustrada, tendo em vista que a acusada não foi devidamente notificada (AR devolvido por motivo de mal endereçamento - fls. 213). A solenidade foi postergada para 12/09/2016 (Certidão de fls. 210).

Em que pese a expedição de Carta de Intimação, o aviso de recebimento foi devolvido sob a justificativa de que o número da casa não existe na localidade (fls. 216).

Diante de diversas tentativas de comunicação do ato processual, o Juiz de Direito da 4a Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes da Comarca de Manaus concluiu com base em certidão antiga (fls. 149 e 163) que a ré encontrava-se custodiada pelo Estado, motivo pelo qual requisitou do Diretor do Estabelecimento prisional a sua apresentação. Não sendo o caso, com base nos AR's devolvidos, determinou a Intimação por edital (fls. 218).

Os autos foram remetidos ao Defensor Público para tomar

Superior Tribunal de Justiça

ciência da designação da audiência para o dia 12/09/2016 (fls. 225), tendo o ato processual alcançado sua finalidade (termo de ciência de fls. 227).

Mais uma vez a audiência foi prorrogada em decorrência da decretação de ponto facultativo no MPAM (fls. 228).

Por conseguinte, o Oficial de Justiça não efetuou a intimação daré, pois o Beco não foi localizado na rua indicada no mandado (fls. 242).

Entretanto, conforme documento de fls. 270, foi efetuada a intimação de Eldilene Da Silva e Silva para comparecer à Audiência de Instrução e Julgamento designada para 23/03/2017. Embora a contrafé faça menção à citação, nota-se tratar de erro material, sendo na verdade referente a mandado de intimação de fls. 258.

Mais uma vez, a audiência não se realizou em razão da ausência dos acusados (Certidão de fls. 266 e Despacho de fls. 276). Diante disto, foi decretada a prisão preventiva e a revelia de Eldilene da Silva e Renan Máxima da Silva.

Com base nesta sucessão de atos processuais, conclui-se pela validade da decretação da revelia, devendo o processo prosseguir sem a sua presença, porquanto a acusada, embora devidamente intimada (fls. 270), deixou de comparecer sem qualquer motivo juízo para seu interrogatório (art. 367 do CPP). Nesse sentido, a jurisprudência da Corte Cidadã:

[...]

Desta feita, não há que se falar em nulidade por cerceamento de defesa, pois a ré deu causa ao vício processual (art. 565 do CPP) (fls. 520-524).

Nesse contexto, verifica-se que a decisão proferida pelo Tribunal de origem encontra-se em harmonia com a jurisprudência desta Corte Superior, firme no sentido de que nenhuma das partes poderá arguir nulidade a que haja dado causa. Confirmam-se:

PROCESSO PENAL. FURTO DE ENERGIA ELÉTRICA. INTERROGATÓRIO. INEXISTÊNCIA. INÚMERAS TENTATIVAS DE INTIMAÇÃO PESSOAL DO RÉU. REVELIA. PLEITO DE NULIDADE POR AUSÊNCIA DE INTERROGATÓRIO. NULIDADE ATRIBUÍDA À DEFESA. DIREITO DE PRESENÇA. NULIDADE RELATIVA. NECESSIDADE DE DEMONSTRAÇÃO DO PREJUÍZO. INOCORRÊNCIA. RECURSO DESPROVIDO.

1. Nos termos da legislação processual, não cabe à parte arguir nulidade a que haja dado causa, ou para que tenha concorrido (ex vi, art. 565 do CPP). Precedentes.

2. No caso em exame, assentaram as instâncias ordinárias que, em pelo menos três oportunidades, os Oficiais de Justiça compareceram ao endereço do recorrente para intimá-lo, mas não o

Superior Tribunal de Justiça

encontraram.

Existiram, ainda, "tentativas de contato através do número de telefone indicado nos autos, providências também infrutíferas". Além disso, apesar dele não ter comparecido às audiências de instrução e julgamento, sua defesa, atuante nos atos instrutórios, não apresentou motivo "plausível e comprovado" ou "justo" para qualquer dessas ausências.

3. Dispõe o art. 367 do CPP que "o processo seguirá sem a presença do acusado que, citado ou intimado pessoalmente para qualquer ato, deixar de comparecer sem motivo justificado, ou, no caso de mudança de residência, não comunicar o novo endereço ao juízo".

4. Esta Corte Superior possui entendimento no sentido de que: "O direito de presença do réu é desdobramento do princípio da ampla defesa, em sua vertente autodefesa, franqueando-se ao réu a possibilidade de presenciar e participar da instrução processual, auxiliando seu advogado, se for o caso, na condução e direcionamento dos questionamentos e diligências. Nada obstante, não se trata de direito absoluto, sendo pacífico nos Tribunais Superiores que a presença do réu na audiência de instrução, embora conveniente, não é indispensável para a validade do ato e, consubstanciando-se em nulidade relativa, necessita para a sua decretação da comprovação de efetivo prejuízo para a defesa e arguição em momento oportuno, o que não ocorreu no caso dos autos" (RHC 39.287/PB, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 13/12/2016, DJe 1º/2/2017).

5. Recurso ordinário em habeas corpus não provido (RHC 90.822/RJ, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 19/04/2018, DJe 25/04/2018).

PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. PRONÚNCIA. HOMICÍDIO. ART. 565 DO CPP. NULIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. PRINCÍPIOS DA LEALDADE, BOA-FÉ OBJETIVA E COOPERAÇÃO DOS SUJEITOS PROCESSUAIS. NEMO AUDITUR PROPRIAM TURPIDUDINEM ALLEGANS. PREJUÍZO NÃO DEMONSTRADO. PAS DE NULITTE SANS GRIEF. RECURSO DESPROVIDO.

I - A decisão agravada deve ser mantida por seus próprios fundamentos.

II - Não há falar, in casu, em nulidade, uma vez que, o réu sendo efetivamente citado para exercer o seu direito ao interrogatório, ficou-se inerte, portanto, fazendo incidir o disposto no art. 565, do CPP, segundo o qual "nenhuma das partes poderá arguir nulidade a que haja dado causa, ou para que tenha concorrido, ou referente a formalidade cuja observância só à parte contrária interesse". III - Vigora no sistema processual penal o princípio da lealdade, da boa-fé objetiva e da cooperação entre os sujeitos processuais, não sendo lícito à parte arguir vício para o qual concorreu em sua produção, sob pena de se violar o princípio de que ninguém pode se beneficiar da própria torpeza - nemo auditur propriam turpitudinem allegans. IV - Se quando da decretação da

Superior Tribunal de Justiça

revelia, o agravante já havia, anteriormente, constituído advogado, que o defendeu em toda a instrução processual, tendo inclusive apresentado as alegações finais, inexistente, portanto, nulidade a ser sanada pela presente via.

Ademais, deve-se considerar que "nenhum ato será declarado nulo, se da nulidade não resultar prejuízo para a acusação ou para a defesa." (art. 563, do CPP). Agravo regimental desprovido (AgRg no REsp 1716584/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 05/04/2018, DJe 13/04/2018).

No tocante à alegada invasão do domicílio, o acórdão recorrido destramou a controvérsia sob os seguintes fundamentos:

Nos termos do art. 5º, XI, da Constituição Federal, "a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem o consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial".

Desrespeitados os pressupostos autorizadores do ingresso em residência alheia, a prova se torna ilícita, sendo as demais dependentes reputadas igualmente ilícitas por derivação, com fulcro na teoria dos frutos das árvores envenenadas.

No caso em tela, o ingresso à residência respeitou os ditames constitucionais, mormente porque os sujeitos investigados foram flagrados na prática de crime permanente. A propósito, tal proceder está de acordo com a jurisprudência do Pretório Excelso, conforme aresto abaixo colacionado: [...] (fls. 524-525).

In casu, os fatos descritos nos presentes autos se amoldam, em tese, à hipótese de crime permanente – cuja consumação se protraí no tempo – em prática no interior de residência que, como tal, autoriza a violação do domicílio para que se efetue a prisão em flagrante a qualquer tempo, nos termos da Constituição Federal. A saber:

Art. 5º [...]

*XI - a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, **salvo em caso de flagrante delito** ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial;*

Assim, no caso, não há que se falar em ilicitude da prova colhida na busca e apreensão da droga na residência, considerando a situação de flagrância pela prática de crime permanente de tráfico de drogas, confirmada não somente pela denúncia anônima mas pelo fato de que, antes do ingresso na casa, os policiais obtiveram a permissão da ré

Superior Tribunal de Justiça

para a entrada no local, ao que consta da sentença (fl. 371).

Nesse sentido:

*PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS
SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. INADEQUAÇÃO.
PORTE ILEGAL DE ARMAS E TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS.
AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA AÇÃO PENAL. MATÉRIA NÃO
APRECIADA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. SUPRESSÃO DE
INSTÂNCIA. PRISÃO EM FLAGRANTE. NULIDADE. ALEGADA
AUSÊNCIA DOS REQUISITOS DO ART. 5º, XI, DA CF. ESTADO DE
FLAGRÂNCIA. DELITOS DE NATUREZA PERMANENTE.
CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CARACTERIZADO. HABEAS
CORPUS NÃO CONHECIDO.*

[...]

2. O pleito de trancamento da ação penal por ausência de justa causa não foi objeto de julgamento pela Corte de origem, o que impede seu conhecimento por este Tribunal, sob pena de indevida supressão de instância. 3. O art. 5º, XI, da Constituição Federal prevê como uma das garantias individuais, conquista da modernidade em contraposição ao absolutismo do Estado, a inviolabilidade do domicílio: "XI - a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial". 4. "O ingresso regular em domicílio alheio depende, para sua validade e regularidade, da existência de fundadas razões (justa causa) que sinalizem para a possibilidade de mitigação do direito fundamental em questão. É dizer, somente quando o contexto fático anterior à invasão permitir a conclusão acerca da ocorrência de crime no interior da residência é que se mostra possível sacrificar o direito à inviolabilidade do domicílio" (REsp 1.558.004/RS, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, DJe 31/8/2017).

5. A inviolabilidade do domicílio (art. 5º, XI, da CF) não é garantia absoluta nas hipóteses de flagrância de delito de natureza permanente, como no caso dos autos, em que o paciente empreendeu fuga ao visualizar os policiais, contudo, foi preso em flagrante delito na posse de "pistola calibre 9mm, de uso restrito, com 35 munições intactas, uma pistola calibre .380, de uso permitido, com 29 munições intactas e, em sua residência, vários aparelhos de telefone celular e quatro porções de 'maconha', com massa bruta total de 7,1g".

6. Habeas corpus não conhecido (HC 405.377/SC, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJe 16/02/2018).

*PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS
SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. TRÁFICO DE
ENTORPECENTES. ALEGAÇÃO DE NULIDADE DO FLAGRANTE,
POR INOBSERVÂNCIA DA GARANTIA CONSTITUCIONAL DA
INVIOLABILIDADE DE DOMICÍLIO. INOCORRÊNCIA. TRÁFICO.*

Superior Tribunal de Justiça

CRIME PERMANENTE. FUNDADAS RAZÕES PARA A ENTRADA FORÇADA NO DOMICÍLIO. PRETENSÃO QUE DEMANDA O REVOLVIMENTO DO MATERIAL FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE NA VIA ELEITA. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

I - Tratando-se o delito de tráfico de entorpecentes, nas modalidades "ter em depósito" ou "guardar", de crime permanente, mostra-se prescindível o mandado judicial em caso de flagrante delito (precedentes).

II - Apreciando o tema em sede de recurso extraordinário submetido à sistemática da repercussão geral, consolidou o Supremo Tribunal Federal a tese de que se mostra possível a entrada em domicílio sem mandado judicial em caso de crime permanente, ressalvando-se apenas a necessidade de controle judicial para evitar eventuais arbitrariedades e possibilitando-se, ainda, a responsabilização disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e ainda, eventualmente, o reconhecimento de nulidade dos atos praticados (RE 603.616/TO, Tribunal Pleno, Rel. Min. Gilmar Mendes, DJe de 10/05/2016)

III - Em outras palavras, o estado flagrantial do delito de tráfico de drogas consubstancia uma das exceções à inviolabilidade de domicílio prevista no inciso XI do art. 5º da Constituição, sendo permitida a entrada em domicílio independentemente do horário ou da existência de mandado, quando amparada em fundadas razões que a justifiquem, e sem prejuízo do controle judicial feito a posteriori.

IV - Na hipótese, extrai-se do acórdão atacado que os policiais dirigiram-se até o local dos fatos para averiguação, e diante do nervosismo demonstrado pelos acusados, do intenso odor do entorpecente sentido, e após a admissão pelo próprio paciente de que possuiria uma estufa para a produção de entorpecentes, é que decidiram adentrar a residência, lá encontrando os itens descritos no auto de exibição e apreensão.

V - No caso, portanto, não se vislumbra qualquer desrespeito ao que foi decidido pela Suprema Corte no RE 603.616/TO, sendo certo que infirmar o que foi consignado pelas instâncias ordinárias, a fim de demonstrar que a atuação dos policiais teria ocorrido de forma diversa, revela-se como procedimento flagrantemente incompatível com a via estreita do habeas corpus, haja vista o impreterível revolvimento do material fático-probatório dos autos (precedentes).

Habeas corpus não conhecido (HC 378.323/SC, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 25.4.2017).

PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA MANTIDA PELA SENTENÇA CONDENATÓRIA. TRÁFICO DE DROGAS. NULIDADE. INVASÃO DE DOMICÍLIO. INOCORRÊNCIA. FUNDAMENTAÇÃO INIDÔNEA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL RECONHECIDO. HABEAS CORPUS PREJUDICADO EM PARTE E CONCEDIDO DE OFÍCIO.

Superior Tribunal de Justiça

1. Esta Corte Superior entende que o ingresso em domicílio sem mandado exige fundadas razões de crime em desenvolvimento, mas na hipótese dos autos o próprio paciente franqueou a entrada dos agentes públicos em sua residência.

2. A sentença condenatória não traz qualquer motivação do caso concreto para a manutenção da segregação cautelar, justificando a medida apenas porque houve condenação e o paciente respondeu preso ao processo, o que indica a ausência de fundamentos para a prisão preventiva.

3. Habeas corpus prejudicado em parte e concedido de ofício, para a soltura do paciente MARCELO CERASI DE LIMA, sem prejuízo da determinação de nova e fundamentada medida cautelar penal, inclusive menos gravosa que a prisão preventiva (HC 440.488/SP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, DJe 16/08/2018).

Ademais, quanto ao art. 41 da Lei Antidrogas, para se concluir de forma diversa do entendimento do Tribunal de origem, seria inevitável o revolvimento do acervo probatório dos autos, procedimento sabidamente inviável na instância especial. A referida vedação encontra respaldo no enunciado n. 7 da Súmula desta Corte, *verbis*: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial". Confira-se:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL.
TRÁFICO DE DROGAS. APLICAÇÃO DA MINORANTE.
IMPOSSIBILIDADE. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. SÚMULA 7/STJ.
DELAÇÃO PREMIADA. PERCENTUAL DE REDUÇÃO
DA PENA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. SUM. 7/STJ. DOSIMETRIA
ALTERADA. PENA-BASE FIXADA ACIMA DO MÍNIMO LEGAL.
NOCIVIDADE DA DROGA. POSSIBILIDADE. ART. 42, DA LEI
11.343/06. RECRUDESCIMENTO DO REGIME. LEGALIDADE.
PENA-BASE ACIMA DO MÍNIMO LEGAL. AGRAVO REGIMENTAL
IMPROVIDO.

1. A decisão agravada deve ser mantida por seus próprios fundamentos, porquanto em sintonia com a jurisprudência pacífica do STJ.

2. As instâncias ordinárias negaram a aplicação da causa de diminuição da pena, do art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/06, em virtude das circunstâncias concretas, pois o recorrente estaria envolvido com integrantes de organização criminosa, motivação considerada idônea por esta Corte Superior.

3. A redução da pena com fundamento no art. 41, da Lei de Drogas é possível desde que as informações dadas contribuam para a identificação dos integrantes envolvidos na organização criminosa.

Rever as considerações da instância ordinária para estabelecer a fração de 1/3 ante o reconhecimento do benefício demandaria incursão na análise de fatos e provas, o que é vedado nos

Superior Tribunal de Justiça

termos da Súmula 7/STJ.

4. Nos termos do art. 42 da Lei de Drogas, é possível a utilização da natureza da droga apreendida (12,022g de cocaína) para fixar a pena-base acima do mínimo legal por se tratar de substância entorpecente altamente nociva à saúde humana. 5. Fixada a pena-base acima do mínimo legal, justifica-se o agravamento do regime prisional para o semiaberto a condenado à pena inferior a 4 anos.

6. Agravo regimental improvido (AgRg no REsp 1.482.065/SP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 26/09/2017, DJe 04/10/2017).

Diante do exposto, conheço do agravo e nego provimento ao recurso especial.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 03 de outubro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator